

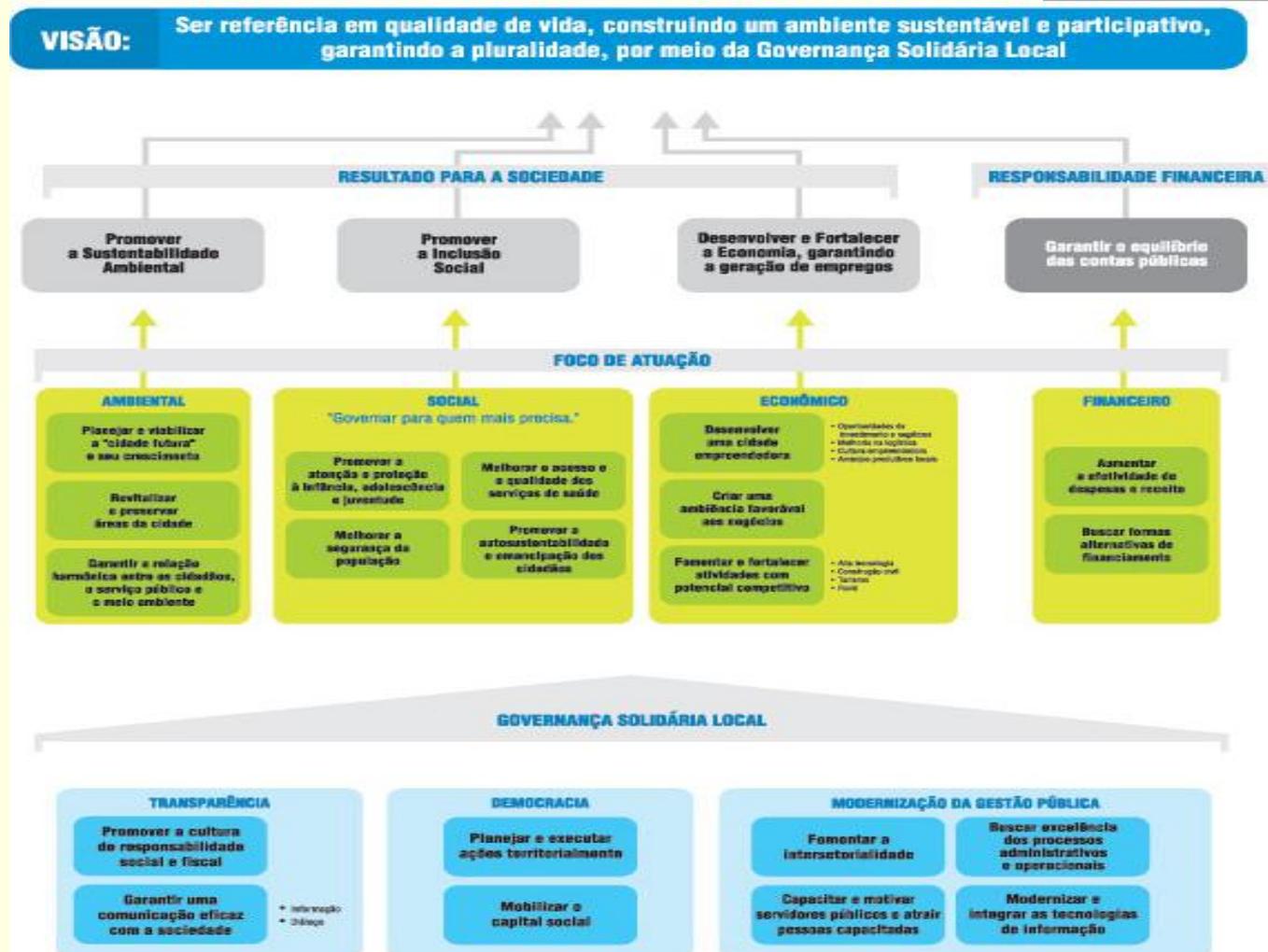
O Impacto da Execução Fiscal nas Estatísticas Experiência de Porto Alegre

João Batista Linck Figueira

Procurador-Geral do Município de Porto Alegre

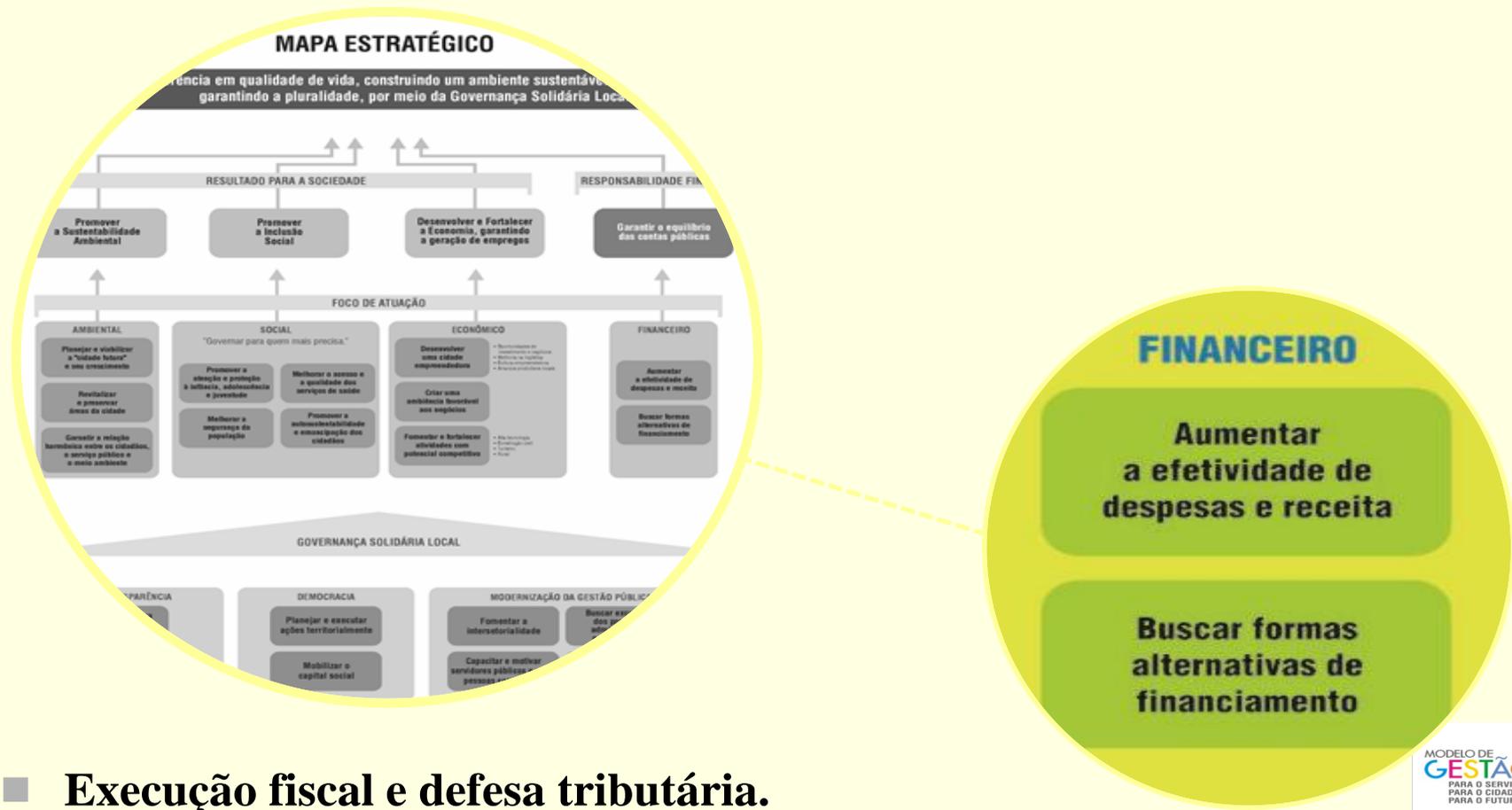
2011

Mapa Estratégico do Município de Porto Alegre



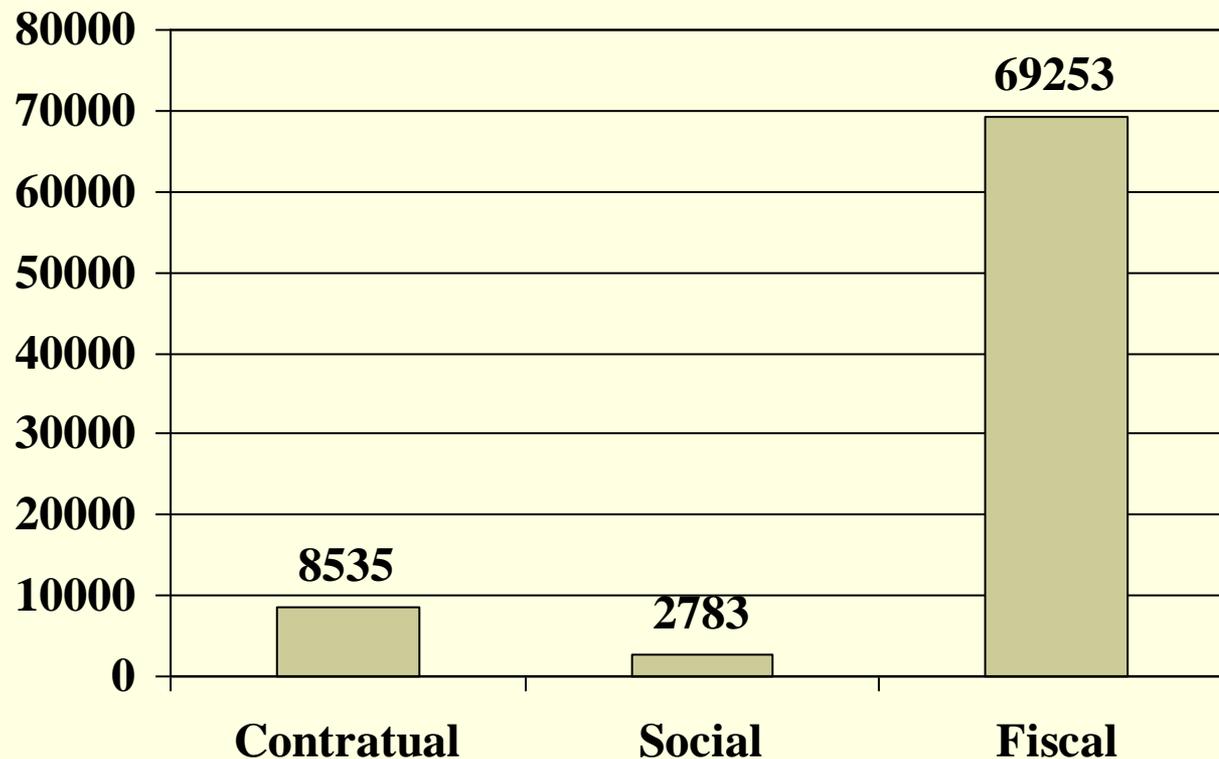
Programa Mais Recursos Mais Serviços

Mapa Estratégico



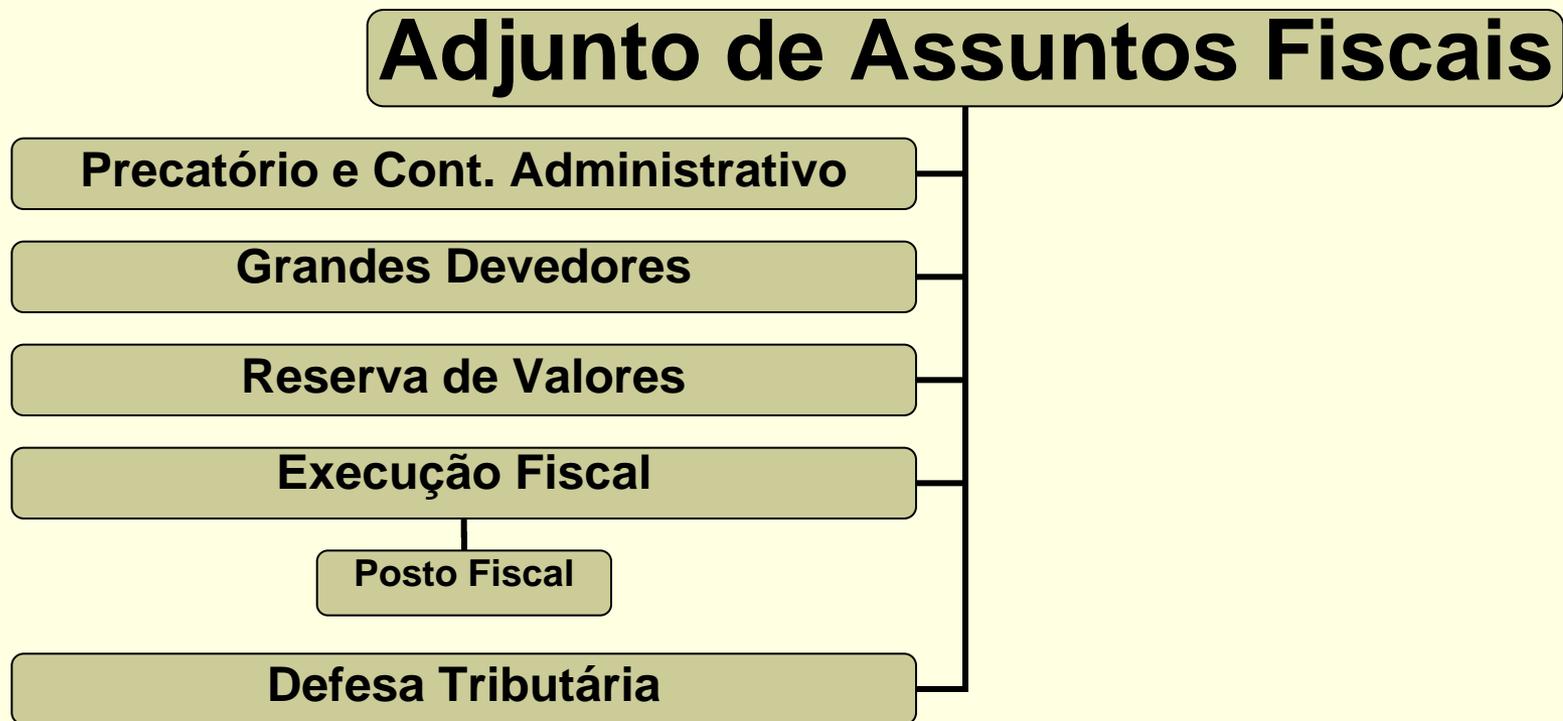
- Execução fiscal e defesa tributária.

Impacto da Execução Fiscal no Município de Porto Alegre



- **Unidade de medida: Número de processos judiciais.**
- **85,95% dos processos judiciais são relativos a discussões acerca da dívida ativa.**

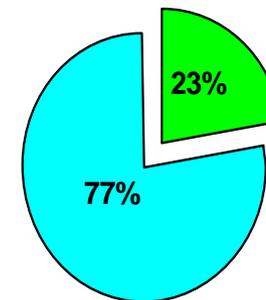
Estrutura da PGM em relação a questão fiscal



Estoque da Dívida

Judicial	R\$	%
Estoque Dívida Administrativo	315.159.264	22,73%
Estoque Dívida Judicial	1.071.282.184	77,27%
TOTAL	1.386.441.448	100,00%

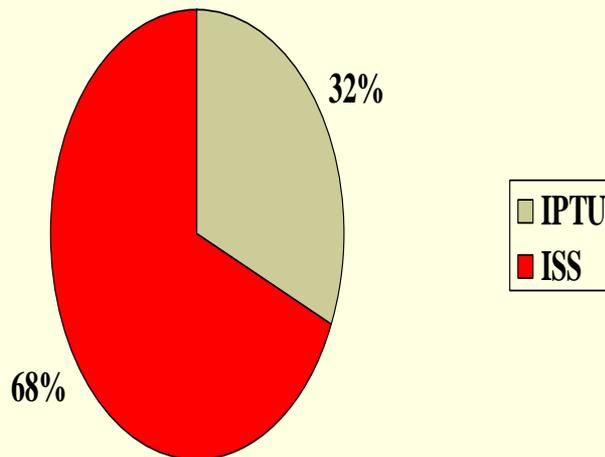
Estoque Dívida



- Estoque Dívida Administrativo
- Estoque Dívida Judicial

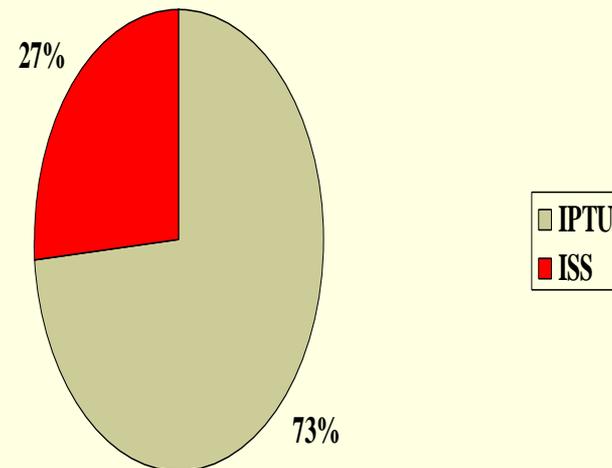
Estoque dívida ativa em cobrança judicial – IPTU e ISS.

Valores



- IPTU – R\$ 300.669.609,39
- ISS – R\$ 644.837.929,54

Quantidade de Executivos



- Os demais créditos do Município representam menos de 0,2% do executivos.

Análise – Faixas de Dívida

Quantidade Contribuintes	TOTAL da DIVIDA	Faixa de dívida
37.263	R\$ 7.984.955,32	Até R\$ 500
17.005	R\$ 12.510.953,51	De R\$ 500 a R\$ 1.000
32.021	R\$ 69.907.124,89	De R\$ 1.000 a R\$ 5.000
6.238	R\$ 43.918.628,41	De R\$ 5.000 a R\$ 10.000
6.985	R\$ 150.015.022,00	De R\$ 10.000 a R\$ 50.000
1.112	R\$ 77.716.021,48	De R\$ 50.000 a R\$ 100.000
1.171	R\$ 244.358.892,30	De R\$ 100.000 a R\$ 500.000
362	R\$ 752.347.445,29	Acima de R\$ 500.000
102.157	1.358.759.043,20	-

Análise – Faixas de Idade - IPTU

TRIBUTO	TOTAL DA DIVIDA	%	Faixa de Idade
IPTU	125.544.583,99	23%	ate 12 meses
IPTU	54.665.866,30	10%	13 a 24 Meses
IPTU	48.744.884,16	9%	25 a 36 Meses
IPTU	47.879.382,97	9%	36 a 48 Meses
IPTU	43.286.231,52	8%	49 a 60 Meses
IPTU	46.159.334,66	8%	61 a 72 Meses
IPTU	183.847.569,61	33%	Maior que 73 Meses ou Nao Especificada
TOTAL	550.127.853,21	1	

Análise – Faixas de Idade - ISSQN

TRIBUTUO	TOTAL_DIVIDA	%	Faixa de Idade
ISSQN	85.290.950,62	11%	ate 12 meses
ISSQN	42.639.656,65	5%	13 a 24 Meses
ISSQN	54.609.713,11	7%	25 a 36 Meses
ISSQN	91.876.922,56	11%	36 a 48 Meses
ISSQN	65.783.692,72	8%	49 a 60 Meses
ISSQN	84.110.053,29	10%	61 a 72 Meses
ISSQN	384.320.201,0 4	48%	Maior que 73 Meses ou Nao Especificada
TOTAL	808.631.189,9 9	1	

Análise de situações

- Posto de Arrecadação Judicial
- Gerência de Grandes Devedores
- Reconhecimento de Prescrição *ex officio* e Nulidade de CDA
- Convênio com PGQP

Posto de Arrecadação Judicial do Município – PAF

- O Município de Porto Alegre tem convênio firmado com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, desde 2001, visando à qualificação e agilização dos processos de execução fiscal do município e suas autarquias.

- O Município fornece ao Foro:
 - a) 22 estagiários;
 - b) 3 Veículos com motorista para cumprimento de mandados de citação e penhora;
 - c) Todo o envelopamento e postagem das correspondências expedidas nos autos das execuções fiscais.

- A Procuradoria-Geral do Município instalou um posto de atendimento ao público no Foro Central de Porto Alegre, ao lado da Vara da Fazenda Pública privativa para execuções fiscais do Município.

Posto de Arrecadação Judicial do Município – PAF

- No PAF são realizados todos os procedimentos necessários para o pagamento integral ou parcelado dos débitos fiscais objeto de cobrança judicial, nos termos estabelecidos no Decreto Municipal nº 14.941, de 04 de outubro de 2005.

O PAF dispõe de 06 assistentes administrativos que atendem, em média, 1.200 contribuintes, por mês, realizando, mensalmente, cerca de 500 parcelamentos.

MESES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Executivos	0	0	908	1903	2388	1730	1574	1392	0	0	0	0
Contribuintes	0	0	691	1417	1760	1260	1154	1047	0	0	0	0
Parcelamentos	0	0	0	0	790	640	440	418	0	0	0	0

Gerência de Grandes Devedores

- Procuradores destacados para atenderem débitos superiores a R\$ 200.000,00;
 - Cada procurador é responsável por apenas 100 processos judiciais.
-
- Os demais procuradores da equipe de execução fiscal, atuam em aproximadamente 5000 executivos cada um.

Reserva de Valores

- Procurador destacado apenas para habilitar o crédito do Município em alienação de imóveis em ações judiciais promovidas por terceiros.
- Art. 130, § único do CTN
Sub-rogação do crédito tributário vinculado a propriedade, posse ou domínio útil no preço da arrematação.

Ciência da Arrematação – Importância

- Segundo Banco Dados para Controle Imóveis Arrematados (ainda em formação):
 - Comunicação espontânea X emissão alvará:
 - Média: 616 dias
 - Ciência do Município X emissão alvará
 - Média: 293 dias
 - Com algumas alterações de rotinas em fase de implantação temos conseguido os seguintes resultados:
 - Ciência do Município X emissão alvará
 - Média: 64 dias.

- Média para citação na execução fiscal
 - Tempo: 980 dias;

Convênio com PGQP

- PGQP – Auxiliou na elaboração do mapa estratégico do Município 2005;
- A SMF e a PGM, desde 2006, buscam criar critérios para enfrentar a cobrança da dívida ativa, bem como estabelecer metas de resultado;
- Foram criados diversos indicadores de desempenho e implantadas ferramentas de gestão e acompanhamento.

Convênio com PGQP

- Todos os setores da PGM têm metas individuais a serem cumpridas, dentre estas: valores a serem arrecadados ou prazo para reconhecimento de nulidades do processo de execução fiscal;
- Existem, ainda, metas globais para SMF e PGM relativamente a arrecadação do Município, que são acompanhadas trimestralmente;
- 20% da remuneração dos servidores depende diretamente do cumprimento das metas pré-estabelecidas.

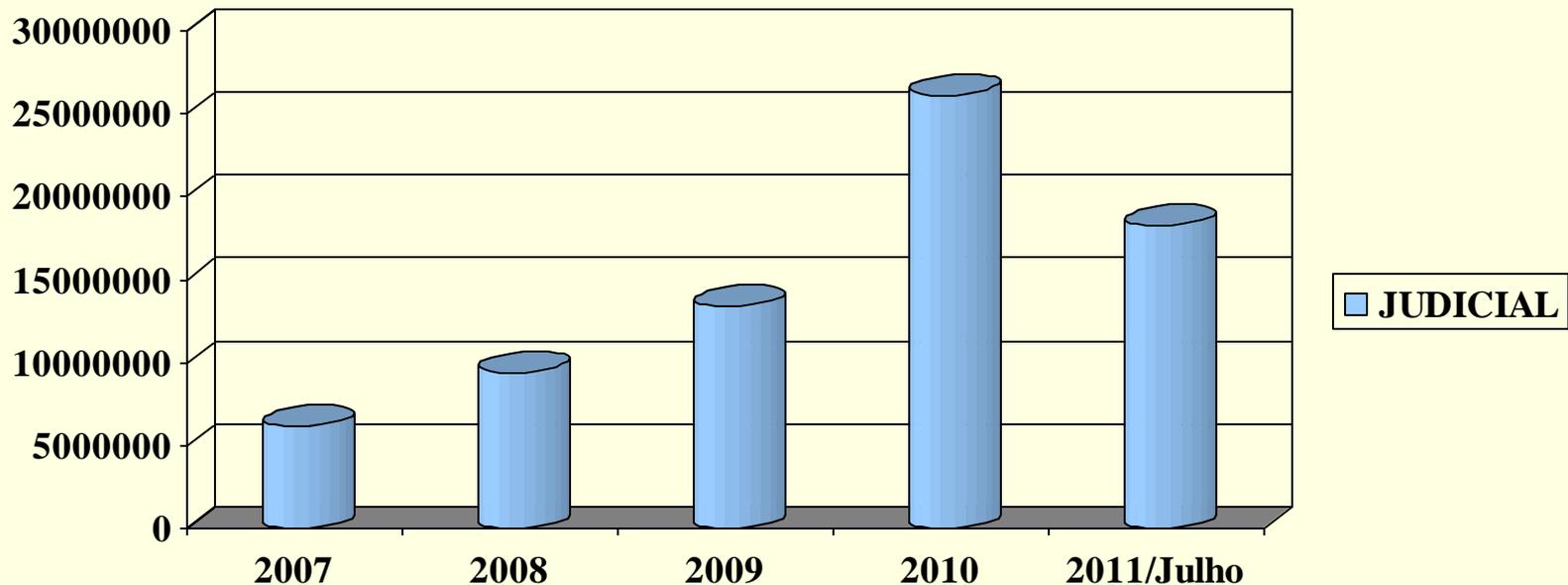
Prescrição *ex officio* e nulidade de CDA

- Em 2006 – Estudo sobre a possibilidade de Reconhecimento Administrativo de Prescrição *ex officio* – Parecer Coletivo nº 202/2006;
- Reconhecimento da falta de requisitos formais das CDA's do Município;
- Em 2006 estimava-se um universo de 123mil executivos fiscais, dos quais 45mil foram baixados pelas providências acima adotadas.

Prescrição *ex officio* e nulidade de CDA

- Os efeitos dessas providências foram rapidamente sentidos no judiciário nos anos de 2007 e 2008;
- Atualmente o Município praticamente já “limpou” todos os seus créditos ditos como “podres”, e só tem ajuizado e prosseguido com demandas de créditos “bons”;
- Tais providências reduziram substancialmente a sucumbência do Município nas execuções fiscais.

Evolução da Arrecadação da Dívida Ativa



- Taxa de crescimento de arrecadação judicial nos últimos 5 anos, tem sido acima de 30% ao ano.

Fatores do Sucesso

- Implantação da Cultura de Gestão;
- Geração e Análise de Dados Estatísticos;
- Identificação de Oportunidades e Tomada de Decisão a partir dos Dados Produzidos;
- Monitoramento Constante;
- Parceria Institucional.

O Impacto da Execução Fiscal nas Estatísticas Experiência de Porto Alegre

Obrigado a todos

Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre

João Batista Linck Figueira

joabatista@pgm.prefpoa.com.br – (51) 3289-1409